

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	43
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	47
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	49
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	53
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	8.407
Preferenciais	136
Total	8.543
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	303.494	262.642	255.270
1.01	Ativo Circulante	82.525	41.859	22.869
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	50.888	27.230	14.387
1.01.03	Contas a Receber	16.823	8.342	5.412
1.01.03.01	Clientes	16.823	8.342	5.412
1.01.04	Estoques	812	654	502
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.086	4.633	1.554
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.086	4.633	1.554
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	916	1.000	1.014
1.01.08.03	Outros	916	1.000	1.014
1.02	Ativo Não Circulante	220.969	220.783	232.401
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.247	1.409	1.604
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.247	1.409	1.604
1.02.03	Imobilizado	219.197	218.424	229.417
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	219.197	218.424	229.417
1.02.04	Intangível	525	950	1.380
1.02.04.01	Intangíveis	525	950	1.380

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	303.494	262.642	255.270
2.01	Passivo Circulante	114.517	59.316	33.122
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.656	6.659	7.273
2.01.02	Fornecedores	12.654	12.089	9.099
2.01.03	Obrigações Fiscais	53.023	6.730	4.833
2.01.05	Outras Obrigações	42.184	33.838	11.917
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	341	327	1.531
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	341	327	1.531
2.01.05.02	Outros	41.843	33.511	10.386
2.01.05.02.04	Cessões de Áreas a Realizar / Adiantos Clientes	7.499	8.631	8.093
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	21.061	20.670	850
2.01.05.02.08	Outros	12.027	2.954	187
2.01.05.02.09	Receita Diferida ISS/IPU	1.256	1.256	1.256
2.02	Passivo Não Circulante	185.365	176.109	182.099
2.02.02	Outras Obrigações	65.063	67.396	68.096
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.136	1.419	1.656
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.136	1.419	1.656
2.02.02.02	Outros	63.927	65.977	66.440
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	62.955	65.711	66.296
2.02.02.02.06	Cessões de Áreas a Realizar	972	266	144
2.02.03	Tributos Diferidos	5.215	5.523	5.831
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.215	5.523	5.831
2.02.04	Provisões	85.199	73.740	73.326
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	85.199	73.740	73.326
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	0	5.874
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	30.052	20.952	17.526
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	55.147	52.788	49.926
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	29.888	29.450	34.846

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	16.858	18.114	19.371
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	13.030	11.336	15.475
2.03	Patrimônio Líquido	3.612	27.217	40.049
2.03.01	Capital Social Realizado	246.149	216.713	216.713
2.03.02	Reservas de Capital	0	29.420	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	29.420	0
2.03.03	Reservas de Reavaliação	116.379	117.355	118.331
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-358.916	-336.271	-294.995

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	213.569	114.838	78.110
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-156.402	-88.334	-64.949
3.03	Resultado Bruto	57.167	26.504	13.161
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-69.255	-66.533	-65.561
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-72.889	-69.086	-69.493
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.634	2.553	3.932
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.088	-40.029	-52.400
3.06	Resultado Financeiro	-11.841	-2.531	-2.642
3.06.01	Receitas Financeiras	1.700	2.693	3.003
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.541	-5.224	-5.645
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.929	-42.560	-55.042
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-23.929	-42.560	-55.042
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-23.929	-42.560	-55.042
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-2,80068	-5,66	-7,31
3.99.01.02	PNA	-2,80068	-5,66	-7,31
3.99.01.03	PNB	-2,80068	-5,66	-7,31

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-23.929	-42.560	-55.042
4.02	Outros Resultados Abrangentes	976	976	976
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	1.284	1.284	1.284
4.02.02	Tributos sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-308	-308	-308
4.03	Resultado Abrangente do Período	-22.953	-41.584	-54.066

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.091	-15.268	-39.998
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.147	-28.555	-34.287
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do exercício	-23.929	-42.560	-55.042
6.01.01.02	Depreciação	6.410	11.529	6.945
6.01.01.03	Amortização	425	430	437
6.01.01.04	Baixa do Ativo imobilizado e intangível	4	301	0
6.01.01.05	Provisão para devedores duvidosos	-1.077	2.956	-2.257
6.01.01.06	Provisão para contingências	11.459	414	12.483
6.01.01.08	Provisão de férias e encargos	-77	-641	185
6.01.01.09	Receita diferida realizada	-1.256	-1.256	-1.256
6.01.01.11	Reclassificações do imobilizado para despesas	0	472	0
6.01.01.12	Realização de subvenção em imobilizado	1.694	-4.139	0
6.01.01.13	Juros e variações monetárias	1.938	3.939	4.218
6.01.01.14	Perdas por desvalorização	262	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	35.238	13.287	-5.711
6.01.02.01	Redução (aumento) das contas a receber	-7.404	-5.886	7.574
6.01.02.02	Redução (aumento) dos estoques	-158	-151	-109
6.01.02.03	Redução (aumento) dos impostos a recuperar	-8.453	-3.080	1.048
6.01.02.04	Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	84	82	-54
6.01.02.05	Aumento (redução) de fornecedores	565	2.990	-884
6.01.02.06	Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	74	27	473
6.01.02.07	Aumento (redução) de obrigações tributárias	41.651	-2.937	-5.164
6.01.02.08	Aumento (redução) de outros passivos circulantes e não circulantes	-321	-1.319	-1.572
6.01.02.09	Despesas antecipadas	0	-68	-725
6.01.02.10	Depósitos judiciais	162	194	-308
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	-426	660	-3.034
6.01.02.12	Recursos federais PAC	9.073	2.954	0
6.01.02.13	Recursos municipais Eventos	391	19.821	-2.956

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.449	-1.309	-1.528
6.02.01	Imobilizado	-7.449	-1.309	-1.528
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	16	29.420	22.697
6.03.01	Adiantamentos para futuro aumento de capital	16	29.420	19.743
6.03.02	Reclassificação de subvenções	0	0	2.954
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	23.658	12.843	-18.829
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.230	14.387	33.216
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	50.888	27.230	14.387

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	216.713	29.420	0	-336.271	117.355	27.217
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	216.713	29.420	0	-336.271	117.355	27.217
5.04	Transações de Capital com os Sócios	29.436	-29.420	0	0	0	16
5.04.01	Aumentos de Capital	29.436	-29.420	0	0	0	16
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.929	0	-23.929
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.929	0	-23.929
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.284	-976	308
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.284	-1.284	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	308	308
5.07	Saldos Finais	246.149	0	0	-358.916	116.379	3.612

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	216.713	0	0	-294.995	118.331	40.049
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	216.713	0	0	-294.995	118.331	40.049
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	29.420	0	0	0	29.420
5.04.08	Adiantamentos para futuro aumento de capital	0	29.420	0	0	0	29.420
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-42.560	0	-42.560
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-42.560	0	-42.560
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.284	-976	308
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.284	-1.284	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	308	308
5.07	Saldos Finais	216.713	29.420	0	-336.271	117.355	27.217

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	149.199	60.293	0	-241.237	119.307	87.562
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	149.199	60.293	0	-241.237	119.307	87.562
5.04	Transações de Capital com os Sócios	67.514	-60.293	0	0	0	7.221
5.04.01	Aumentos de Capital	67.514	-67.514	0	0	0	0
5.04.08	Adiantamentos para futuro aumento de capital	0	19.743	0	0	0	19.743
5.04.09	Recursos governamentais	0	-12.522	0	0	0	-12.522
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-55.042	0	-55.042
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-55.042	0	-55.042
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.284	-976	308
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.284	-1.284	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	308	308
5.07	Saldos Finais	216.713	0	0	-294.995	118.331	40.049

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	230.549	127.245	90.791
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	179.248	129.622	94.001
7.01.02	Outras Receitas	50.224	579	-3.508
7.01.02.01	Outras Receitas	3.635	2.553	3.932
7.01.02.02	Receitas Canceladas	-317	-1.974	-7.440
7.01.02.03	Subvenções	46.906	0	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	1.077	-2.956	298
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-152.840	-77.999	-56.309
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-152.578	-77.999	-56.309
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-262	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	77.709	49.246	34.482
7.04	Retenções	-6.835	-11.959	-7.382
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.835	-11.959	-7.382
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	70.874	37.287	27.100
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	477	2.542	2.578
7.06.02	Receitas Financeiras	477	2.542	2.578
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	71.351	39.829	29.678
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	71.351	39.829	29.678
7.08.01	Pessoal	61.965	55.243	61.125
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.339	26.003	27.359
7.08.01.02	Benefícios	13.581	14.628	13.596
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.360	4.368	2.945
7.08.01.04	Outros	18.685	10.244	17.225
7.08.01.04.01	Provisões (Reversões) Conting. Trabalhistas	0	3.427	10.004
7.08.01.04.02	Férias	4.049	2.993	3.538
7.08.01.04.03	13º Salário	2.219	2.328	2.474
7.08.01.04.04	Verbas Rescisórias	12.417	1.460	1.132
7.08.01.04.05	Outros	0	36	77

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	33.174	26.142	22.761
7.08.02.01	Federais	19.941	21.060	16.942
7.08.02.03	Municipais	13.233	5.082	5.819
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	141	1.004	834
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-23.929	-42.560	-55.042
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-23.929	-42.560	-55.042

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da São Paulo Turismo S.A., em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes, acompanhados das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A Empresa

São Paulo Turismo S. A. (Companhia ou SPTURIS) estabelecida no Parque Anhembi, à Av. Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP, fundada em 1970, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista majoritária a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) com 97,9% das ações ordinárias. A sociedade tem por objeto social: a) a locação, comodato, permuta, arrendamento ou qualquer forma de cessão para terceiros de área de sua propriedade, ou ainda, áreas que a Companhia detenha a posse, para a realização de eventos de qualquer espécie, bem como para a exploração comercial de qualquer atividade autorizada pela Sociedade; b) a produção, divulgação e organização de eventos de qualquer espécie, realizados pela Sociedade ou por terceiros; c) o fornecimento e/ou comercialização de infraestrutura, contratações artísticas, serviços, materiais relacionados à produção e realização de eventos em geral, organizados ou não pela sociedade; d) a construção e reforma de qualquer tipo de edificação em sua propriedade ou de terceiros; e) a exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, referente a publicidade, merchandising, mídia e telecomunicações de quaisquer espécies; f) a formulação e execução de política, a promoção e exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo; g) o licenciamento de marcas de sua titularidade; h) o apoio ou patrocínio de projetos ou eventos de interesse social, turístico ou cultural e outros similares; i) a concessão a terceiros de quaisquer tipos de direitos que recaiam sobre a exploração comercial das áreas de sua propriedade ou posse; j) a exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, de materiais relacionados à cidade de São Paulo; k) a prestação de serviços de consultoria especializada nas áreas de turismo e eventos.

Os imóveis existentes no COMPLEXO ANHEMBI são os principais elementos para a sua vocação na realização de eventos, exposições e convenções na capital paulista.

O empreendimento possui localização estratégica, estando posicionado num raio de aproximadamente 3 km (três quilômetros) da região central da cidade, 1,5 km (um quilometro e meio) da estação de metrô Portuguesa-Tietê e do Terminal Rodoviário Tietê, às margens do corredor viário da Marginal Tietê e do aeroporto Campo de Marte e, ainda, localizado entre os Aeroportos de Guarulhos (distante 18 quilômetros) e de Congonhas (distante 13 quilômetros), de modo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

que sua aptidão para recepcionar eventos internacionais é consolidada no mercado.

Atualmente, as principais infraestruturas existentes no COMPLEXO ANHEMBI são:

SAMBÓDROMO, com 102.683 m² de área e capacidade máxima licenciada para 78.023 pessoas, podendo ser utilizado na sua totalidade ou nos seguintes setores:

- Arena Anhembi (área da concentração do SAMBÓDROMO), com área de 42,8 mil metros quadrados e capacidade máxima para 27.000 pessoas;
- Nova Arena (área da dispersão do SAMBÓDROMO) com área de cerca de 20 mil metros quadrados e capacidade máxima para 24.000 pessoas;
- Setor I (área multiuso localizada ao lado do recuo da bateria) com capacidade máxima para 3.200 pessoas;
- Setores A, B, C, D, E, F, G, H e J (demais arquibancadas) com capacidade total máxima para 27.023 pessoas;

PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES, com 76.000 m² de área;

PALÁCIO DE CONVENÇÕES com 28.091 m², subdivido em:

- Auditório Celso Furtado, com capacidade máxima para 2.502 pessoas e 5.698 m² de área;
- Terraço, com capacidade máxima para 1.500 pessoas e 14.560 m² de área;
- Auditório 8, com capacidade máxima para 124 pessoas e 187 m² de área;
- Auditório 9, com capacidade máxima para 281 pessoas e 380 m² de área;
- Halls (Nobre 1, Nobre 2, Nobre 3, Lateral e Frontal), totalizando 6.462 m² de área; e
- Quatro salas modulares, totalizando 794 m² de área.
- Auditório Elis Regina, com capacidade máxima para 798 pessoas e 1.831 m² de área.

Embora o COMPLEXO ANHEMBI seja o maior espaço de eventos do Município, sua estrutura necessita de atualização e reformulação, tanto para concorrer como liderança em exposições na cidade, como para atender às demandas do atual mercado de eventos e convenções mundiais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A revitalização, modernização, ampliação, operação, manutenção, exploração e gestão pretendidas para os equipamentos e para a COMPLEXO ANHEMBI foram objeto da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2020, publicada em 30/10/2020.

O projeto teve como pressupostos as seguintes justificativas:

- 1) a realização dos investimentos necessários para a manutenção da vocação principal do COMPLEXO ANHEMBI como âncora de eventos, entretenimento e turismo de negócios, capaz de reposicioná-lo no mercado nacional e internacional; e
- 2) a escolha do COMPLEXO ANHEMBI como vetor de desenvolvimento da Macroárea de Estruturação Urbana do Arco do Tietê, para a promoção do uso diversificado no âmbito da Centralidade da Metrópole.

Em 14/01/2021 publicamos a adjudicação do objeto da referida concorrência à empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. Os autos do respectivo processo licitatório encontram-se com vistas franqueadas no endereço <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, Processo SEI! Nº 7210.2020/0000956-3.

Enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus

A Prefeitura do Município de São Paulo editou o Decreto nº 59.283 de 16 de março de 2020 declarando situação de emergência no Município e definiu medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus. ¶

A Companhia faturou contra a Prefeitura do Município de São Paulo os gastos com o Hospital de Campanha instalado nas suas dependências e com as ações contra a pandemia. Os gastos são referentes à segurança, manutenção e operação do hospital. O valor totalizou R\$ 26.364 até 31 de dezembro de 2020.

Com a finalidade de reestruturar e melhorar a fluidez dos processos da Companhia, dentro do contexto de distanciamento social, decidiu-se a substituição total dos processos físicos, de trâmites processuais em papel para processos eletrônicos, adotando-se o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com as funcionalidades de produzir, editar, assinar e tramitar documentos em uma única ferramenta em todos os departamentos da Companhia.

Empresa Estatal dependente

A Companhia está incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo.

Assim, a Companhia, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2021 deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.544/2020 (LOA).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Governança Corporativa**

A Companhia informa aos investidores as práticas que adota em relação aos padrões de governança corporativa em modelo de divulgação determinado pela CVM e no Informe do Código de Governança da Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 586/17.

Desempenho

A receita com a prestação de serviços públicos concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

O quadro abaixo demonstra o faturamento dos serviços prestados e locações até 31 de dezembro de 2020 comparado a 2019, em R\$ mil.

Regime Competência	Dez-20	Dez-19	Var. %
(+) Eventos/PMSP	171.695	91.161	88%
(+) Anhembi	7.553	38.461	-80%
Pavilhão de Exposições	616	11.535	-95%
Palácio/Elis Regina	1.868	9.481	-80%
Sambódromo	1.476	5.789	-74%
Outras Locações	2.422	4.681	-48%
Estacionamentos	842	4.775	-82%
Telecom	328	2.200	-85%
(=) RECEITA OPER. BRUTA *	179.248	129.622	38%
(+) SUBVENÇÕES	46.906	-	-
(=) TOTAL RECEITAS	226.154	129.622	74%
* Clientes Públicos	96%	70%	
* Clientes Privados	4%	30%	

Variações relevantes:

a) O aumento de 88% em 2020 na rubrica Eventos/PMSP se deu por maiores receitas com eventos, em especial, o carnaval, pela Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR);

b) Em 2020 tivemos a instalação do Hospital de Campanha no Parque Anhembi, não tendo ocorrido locações de espaços para feiras e eventos, exceto locações internas para concessionários.

O quadro abaixo mostra o fluxo de caixa comparativo de 2020 e 2019 (em R\$ Mil).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	dez/20	dez/19	Variação
1. TOTAL ENTRADAS	252.041	202.751	24%
1.1 Anhembi	9.562	36.344	-74%
1.2 Eventos / PMSP	184.144	136.987	34%
1.5 Aporte de Capital / Subvenções	58.335	29.420	98%
2. TOTAL SAÍDAS	228.406	189.903	20%
2.1 Pessoal	54.757	55.499	-1%
2.2 Serviços Públicos	6.433	6.301	2%
2.3 Tributos/ Parcelamento	5.653	15.398	-63%
2.4 Fornecedores/ Outras	161.564	112.704	43%
MOVIMENTO DE CAIXA NO PERÍODO	23.636	12.848	84%

- a) O aumento em 24% nas entradas foi devido aos fluxos financeiros dos eventos com a Secretaria Municipal de Turismo - SMTUR e Subvenções Municipais para custeio e manutenção do telhado do Pavilhão;
- b) O aumento em 43% das saídas com Fornecedores foi reflexo da manutenção do Pavilhão, custos do evento carnaval de rua e hospital de campanha;
- c) A diminuição em 63% em Tributos se deve, principalmente, pelo não pagamento do IPTU 2020, em contestação do valor por parte da Companhia.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2020, os Auditores Independentes, Berkan Auditores Independentes S.S, prestaram à Companhia exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Relações com os Investidores

A Companhia disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo <http://www.spturis.com/v7/investidores.php>, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como através de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0670, e-mail: rodrigokluska@spturis.com).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Considerações finais**

A Administração da Companhia continua atenta às condições atuais desfavoráveis por conta do coronavírus, e não deixará de empenhar todos os seus esforços para colaborar na superação desta crise, na busca da redução dos efeitos dos riscos e incertezas.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 23 de março de 2021.

A Administração

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Turismo S.A (“Companhia” ou “SPTURIS”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia aprovou em 23 de março de 2021 as presentes demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas para publicação aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de março de 2021.

1.1. Empresa Estatal dependente

A Companhia vem sendo incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo.

Assim, a Companhia, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2021 deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.544/2020 (LOA).

1.2. Reorganização da administração pública municipal

Em 30/07/2020 foi publicada a Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, decorrente do Projeto de Lei nº 749/2019, apresentado pelo Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a reorganização da administração pública municipal indireta, a criação e extinção de entidades e a criação, transferência, alteração e extinção de cargos de provimento efetivo.

Esta lei também dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação societária prevista na Lei nº 16.766, de 20 de dezembro de 2017, transferindo à Prefeitura do Município de São Paulo a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, e dos passivos.

Esclarecemos que a SPTURIS não possui qualquer gerência ou poder de condução no processo legislativo municipal.

Notas Explicativas



A previsão relativa à SPTURIS está especificamente contida nos artigos 60 a 62 da Lei Municipal nº 17.433/20, não tendo caráter auto executório, tampouco obrigatório. Vale dizer, não implica qualquer conduta direcionada à dissolução, liquidação e extinção da STURIS, sem que haja o prévio procedimento necessário para tanto, bem como eventual decisão formal pelos acionistas da SPTURIS e de seus órgãos diretivos.

A única indicação acerca de possíveis mudanças na Companhia diz respeito à autorização para a concessão onerosa de uso do Parque Anhembi. Não há qualquer indicação por parte dos acionistas de autorização para início de eventual procedimento para dissolução, liquidação ou extinção desta Companhia.

1.3. Efeitos do COVID-19 “Coronavírus” nas Demonstrações Financeiras

A Companhia vem atualizando seus acionistas e o mercado em geral sobre as medidas implementadas pela Administração no gerenciamento da pandemia do COVID-19.

Vem também gerenciando uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à cidade e aos seus colaboradores, e ao mesmo tempo atender às diversas determinações dos governos federal, estadual e municipal onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia.

Com relação à saúde financeira da Companhia, os impactos decorrentes da atual crise sanitária que acomete o país causam interferência direta na economia, e, no caso específico, no setor de eventos e turismo, tal como em outros setores econômicos, levando ao cancelamento e adiamento de eventos realizados no Complexo Anhembi (contratos privados) e daqueles promovidos pela Prefeitura do Município de São Paulo (eventos públicos).

No mais, as seguintes medidas administrativas mais relevantes foram tomadas:

- Adoção de regime excepcional de teletrabalho (home office) para alguns dos colaboradores, priorizando-se aqueles que se encaixam no grupo de risco, gestantes e lactantes;
- Antecipação compulsória do período de férias de alguns dos colaboradores;
- Flexibilização da jornada de trabalho dos colaboradores que utilizam transporte público, evitando-se os horários de pico;
- Reuniões por vídeo ou teleconferência;
- Com a finalidade de reestruturar e melhorar a fluidez dos processos da empresa, está sendo implantado o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, de forma gradativa e nos termos do ATO DPR 18/2020, publicado em 3 de julho de 2020, no Diário Oficial da Cidade. O sistema foi criado para gerir processos e documentos eletrônicos da administração pública – em todas as suas esferas – de forma ágil e transparente, economizando tempo e recursos. Uma das principais funcionalidades do programa é a possibilidade de produzir, editar, assinar e tramitar documentos em uma única ferramenta, trabalhando simultaneamente com todos os departamentos da

Notas Explicativas



Companhia. A implantação do SEI tem por objetivo a substituição total dos processos físicos.

- A Companhia faturou contra a Prefeitura do Município de São Paulo os gastos com o Hospital de Campanha e ações realizadas com o objetivo de conscientização frente a pandemia. São referentes à segurança, manutenção e operação do hospital, e ainda contas de consumo. O valor totalizou R\$26.364 até 31 de dezembro de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, estão sendo ajustadas levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindas dos impactos do Covid-19, seguindo as orientações dos Ofícios Circulares nº 02/20 e nº 03/20 emitidos pela CVM.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2019.

a) Moeda funcional – As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma;

Notas Explicativas

b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”);

c) Estimativas contábeis – A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

d) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante o exercício de 2020 e exercício de 2019 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

d) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;

e) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

f) Almoxarifado – Os itens mantidos no estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;

g) Imobilizado – O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos,

Notas Explicativas

(reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 9;

h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “*impairment*”

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos;

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R4);

j) Adiantamentos de Clientes – A Companhia recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;

k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

m) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do período. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC

Notas Explicativas

nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

n) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

o) Reconhecimento da receita – A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47). A receita de prestação de serviços é reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

p) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 31 de dezembro de 2020, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Bens numerário	30	46
Conta movimento	35	1.438
Aplicações financeiras	50.823	25.746
	50.888	27.230

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração média de 98%, contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento, sem risco de mudança de valor. As aplicações são

Notas Explicativas

classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	31/12/2020	31/12/2019
Clientes no País	3.321	5.147
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo)	17.128	7.898
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.626)	(4.703)
	16.823	8.342

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulantes está demonstrada como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer:	14.915	6.165
Vencidos até 30 dias:	148	927
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	-	148
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	75	1.490
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	963	580
Vencidos há mais de 180 dias:	4.348	3.735
Total:	20.449	13.045

Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	4.703	1.746
Aumento da provisão	67	3.248
Reversão de provisão	(1.144)	(291)
Saldos no final do período	3.626	4.703

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ a compensar (a)	4.316	1.797
CSLL a compensar	9	9
INSS a compensar (b)	8.761	2.827
	13.086	4.633

Notas Explicativas



(a) IRPJ a Compensar é constituído pela retenção de IRRF sob as notas fiscais e ao saldo negativo apurado no exercício de 2019 que será realizado no próximo ano.

(b) O INSS a Compensar diz respeito ao INSS retido nas notas fiscais sob serviços prestados. A realização do mesmo acontecerá no próximo ano.

8. OUTROS VALORES A RECEBER

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos de férias e outros adiantamentos a empregados	157	208
Despesas diferidas	759	792
	916	1.000

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019
Terrenos	-	121.122	-	-	121.122	121.122
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	136.742	(51.147)	-	85.595	82.639
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(2.532)	-	1.756	1.935
Estacionamento	3,45%	11.413	(5.548)	-	5.865	6.284
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.010	(1.749)	-	1.261	1.384
Instalações	10%	16.090	(12.674)	(205)	3.211	4.474
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.706	(6.492)	(40)	174	259
Veículos	20%	1.205	(1.205)	-	-	-
Móveis e utensílios	10%	5.300	(5.102)	(16)	182	297
Outros ativos fixos	20% e 10%	458	(426)	(1)	31	30
Total imobilizado		306.334	(86.875)	(262)	219.197	218.424

	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada		Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019
Programas e sistemas	20%	2.265	(1.743)	-	522	943
Marcas e patentes	10%	102	(99)	-	3	7
Total intangível		2.367	(1.842)	-	525	950
Total imobilizado e intangível		308.701	(88.717)	(262)	219.722	219.374

A movimentação do imobilizado e intangível está demonstrada a seguir:

Contas	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Perdas por desvalorização	31/12/2020
Terrenos	121.122	-	-	-	-	121.122
Edifícios e Benfeitorias	82.639	7.376	(4)	(4.416)	-	85.595
Túnel de Serviços	1.935	-	-	(179)	-	1.756
Estacionamento	6.284	-	-	(419)	-	5.865
Ruas Praças e Jardins	1.384	-	-	(123)	-	1.261
Instalações	4.474	-	-	(1.058)	(205)	3.211
Máquinas e equipamentos	259	66	-	(111)	(40)	174

Notas Explicativas



Moveis e Utensílios	297	-	-	(99)	(16)	182
Outros ativos fixos	30	7	-	(5)	(1)	31
Total Imobilizado	218.424	7.449	(4)	(6.410)	(262)	219.197
Programas e Sistemas	943	-	-	(421)	-	522
Marcas e Patentes	7	-	-	(4)	-	3
Total Intangível	950	-	-	(425)	-	525
Imobilizado e Intangível	219.374	7.449	(4)	(6.835)	(262)	219.722

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. Em 31 de dezembro de 2020, houve perda relacionada à redução ao valor recuperável no montante de R\$ 262 para instalações, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios. Com base em laudo preparado por especialista independente, os referidos itens foram considerados no estado atual e cotados junto a fornecedores, levando em consideração a política de investimento para definição do valor atual dos bens. As perdas foram registras em custos, no montante de R\$ 32, e em despesas administrativas, no montante de R\$ 230.

10. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	7.926	8.412
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias:	(a) 806	700
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a) 761	44
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a) 2	-
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a) 209	273
Vencidos há mais de 180 dias	(b) 2.950	2.660
Total	12.654	12.089

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos em observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros requisitos, de sua regular situação perante o Fisco. Outros fornecedores em atraso decorrem de questões referentes a prestação dos serviços e são direcionados a processos administrativos ou à via judicial. Estes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(b) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que estão sendo discutidas judicialmente.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2020	31/12/2019
Rescisões	2	-
INSS empresa	1.765	1.660
INSS retido	172	180
Férias e encargos	4.182	4.259
IRRF	535	560
	6.656	6.659

Notas Explicativas



12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS / RECEITA DIFERIDA ISS/IPTU

		31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	(b)	46.352	14
Parcelamento IPTU/ISS	(a)	4.692	4.558
Impostos a recolher:			
COFINS a recolher		954	1.359
PIS a recolher		204	294
Impostos retidos		821	505
		53.023	6.730
Não circulante			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	(a)	62.955	65.711
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		5.215	5.523
		68.170	71.234
Total circulante e não circulante		121.193	77.964

- (a) Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997.

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

- (b) A Companhia recebeu notificações adicionais de cobrança de IPTU referentes aos anos de 2014 a 2019, em razão de vistoria efetuada no imóvel da sede em junho de 2019 no montante de R\$ 32.574 mil. Em 11/02/2020 impugnamos administrativamente os lançamentos para a quadra 283, processo SEI Nº 6017.2020/0007572-6, e quadra 284, processo SEI nº 6017.2020/0007548-3. Em 15/06/2020 a decisão foi desfavorável sob o argumento da legitimidade do lançamento do crédito tributário mediante a fiscalização *in loco*, quando foram constatadas divergências na situação fática e plantas apresentadas, comparadas aos dados constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal. Em 23/10/2020 foi publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a manutenção das decisões para os recursos apresentados nos processos SEI 6017.2020/0033963-4 e 6017.2020/0033971-5.

Notas Explicativas



13. EVENTOS A REALIZAR

	31/12/2020	31/12/2019
Carnaval 2020/2021	407	3.819
Eventos diversos	17.705	14.608
Réveillon na Paulista	2.949	2.243
	21.061	20.670

A movimentação de eventos a realizar está demonstrada a seguir:

Contrato	Saldo em 31/12/2019	Recursos recebidos	Eventos realizados /recursos repassados	Saldo em 31/12/2020
Carnaval 2020/2021	3.819	25.418	(28.830)	407
SMTUR 015/2020 Eventos diversos	-	33.983	(33.983)	-
Réveillon na Paulista	2.243	5.837	(5.131)	2.949
SMTUR 025/2019 Eventos diversos	14.608	20.364	(34.972)	-
SMTUR 017/2019 Eventos diversos	-	4.316	(4.316)	-
SMTUR 021/2020 Eventos diversos	-	17.705	-	17.705
	20.670	107.623	(107.232)	21.061

14. EMPRESAS MUNICIPAIS – ACORDO PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à Companhia um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

A Receita Federal tem por prática, com relação aos débitos parcelados, dar a quitação a partir dos mais antigos. Desta forma, foi apurado que esta Companhia teve seus débitos quitados antes de algumas empresas. Por sua vez, algumas destas empresas aderiram a parcelamentos diretamente com a Receita Federal que ofereciam condições mais vantajosas. Na reformulação do parcelamento da PMSP, as demais empresas efetuaram acordos para o restabelecimento do equilíbrio em razão deste procedimento da Receita Federal. A posição devedora da Companhia é com a São Paulo Transportes S/A., sendo:

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante	341	327
Passivo não circulante	1.136	1.419
Total	1.477	1.746

Notas Explicativas



15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	2.874	3.957
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	3.063	2.662
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	246	116
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	1.055	1.565
	7.238	8.300
Adiantamentos de clientes	261	331
	7.499	8.631
Não circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	36	51
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	710	7
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	68	-
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	158	208
	972	266
Total circulante e não circulante	8.471	8.897

A movimentação de adiantamentos para cessões de áreas a realizar está demonstrada a seguir:

	Pavilhão	Palácio	Elis	Polo	Total
Circulante					
Saldo em 31/12/2019	3.957	2.662	116	1.565	8.300
Contratos firmados	1.823	2.944	364	452	5.583
Renegociação	(2.005)	-	-	-	(2.005)
Descontos	(330)	(331)	(38)	(67)	(766)
Transferências para o longo prazo	15	(703)	(68)	50	(706)
Transferências para receitas	(586)	(1.509)	(128)	(945)	(3.168)
Saldo em 31/12/2020	2.874	3.063	246	1.055	7.238
Não circulante					
Saldo em 31/12/2019	51	7	-	208	266
Transferências para o curto prazo	(15)	703	68	(50)	706
Saldo em 31/12/2020	36	710	68	158	972

Pandemia do Corona Vírus - COVID 19

A política da Companhia é, dentro das possibilidades, que sejam realizados os máximos esforços para que eventos não sejam cancelados, e sim, adiados. Dessa forma evitamos a devolução dos adiantamentos, ao transformar os cancelamentos e adiamentos em cartas de crédito; a menos que os eventos tenham cunho assistencial

Notas Explicativas

e realizados por órgão assistencial, em combate à fome, ou com arrecadação com este objetivo.

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

(a) Provisões constituídas:

	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	55.147	52.788
Trabalhistas	2.771	2.812
Provisão para dissídios e encargos	27.281	18.140
Total	85.199	73.740

Cíveis – A ação mais relevante, no montante provisionado de R\$ 50.204, trata-se de ação de cobrança movida contra a SPTURIS, por via da qual são cobrados os valores dos contratos de prestação de serviços de transporte (a SPTRANS transportava os integrantes das escolas de samba das suas sedes até o local do desfile) dos Carnavais de 1984, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1993 e 1997.

O pedido foi julgado procedente em 1ª instância, sendo a decisão ratificada pelo TJ/SP.

No STJ, nosso Recurso Especial foi julgado prejudicado, pois a Ministra Relatora deu provimento ao recurso da Municipalidade de SP para permitir seu ingresso no feito e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de serem reanalisados os honorários sucumbenciais.

Concomitantemente, a SPTrans ingressou com incidente de cumprimento provisório de sentença com relação ao crédito principal. O incidente se encontra, no momento, suspenso por convenção das partes.

Desde setembro do ano de 2019, a Diretoria Executiva da SPTURIS tem diligenciado junto às Secretarias Municipais pertinentes e à SPTRANS no sentido de que seja celebrada uma composição para quitação do saldo devedor.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Provisão para dissídio e encargos – Referem-se aos dissídios de acordos coletivos de trabalho, para aumento nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial.

Notas Explicativas

ACT	Percentual	Valor
2016/2017	8,00%	16.647
2017/2018	2,00%	3.375
2018/2019	4,00%	4.683
2019/2020	3,05%	1.990
2020/2021	5,42%	586
		<u>27.281</u>

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Dissídios
Saldo no início do período 31/12/2019	52.788	2.812	18.140
Atualização dissídio e encargos	-	-	9.141
Novos processos	156	186	-
Processos baixados	(4.233)	(376)	-
Alterações nos processos existentes	6.436	149	-
Saldos no final do período 31/12/2020	55.147	2.771	27.281

(b) Passivos contingentes não provisionados

Tipo de Ação	31/12/2020	31/12/2019
Ações Cíveis	1.434	1.453
Trabalhistas	1.298	1.752
	2.732	3.205

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco de perda possível no médio prazo, considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes.

No atinente às ações cíveis, a maior parte das ações está relacionada a quatro processos judiciais. Já no tocante às ações trabalhistas, o saldo contingenciado é objeto de diversos processos judiciais.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 31/12/2020, o montante de R\$1.247 (R\$ 1.409 em 31 de dezembro de 2019).

17. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (PAC)

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a Companhia executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, havendo saldo disponível de R\$ 12.026 de recursos para aplicação em 31/12/2020, e investimentos realizados de R\$ 15.580 em imobilizado. Este valor aplicado em obras, líquido da depreciação, resulta em R\$ 13.030, e está refletido em

Notas Explicativas



receita diferida no passivo, que será realizado de forma cotejada com a realização do respectivo ativo imobilizado.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital social 31/12/2020
Ações da PMSP de 01/01/2020 a 28/04/2020	7.219.544	-	24.335	7.243.879	208.696
Aumento da participação da PMSP em 29/04/2020	1.017.739	-	3.430	1.021.169	29.420
Ações em tesouraria de 01/01/2020 a 31/12/2020	379	478	259	1.116	32
Ações de minoritários em 31/12/2020	170.215	44.544	62.971	277.730	8.001
Saldos em 31/12/2020	8.407.877	45.022	90.995	8.543.894	246.149

A Companhia contava com 3.631 acionistas em 31/12/2020. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais classe A e AHEB6 para ações preferenciais classe B.

b) Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação e tributos	Reserva	Tributos	Total
Saldo em 31/12/2019	122.879	(5.524)	117.355
Realização da reserva de reavaliação	(1.284)	-	(1.284)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	308	308
Saldo em 31/12/2020	121.595	(5.216)	116.379

19. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A DRE publicada atende às disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 47, aprovado pela Resolução CFC – NBC TG 47, aprovado pela Deliberação CVM - 762/16, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigo 208 do Regulamento do Imposto de Renda - Decreto 9.580/18) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

Notas Explicativas

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta		
Eventos	171.695	91.161
Pavilhão	616	11.535
Palácio	1.868	9.481
Polo Cultural	1.476	5.789
Outras Locações	2.158	4.360
Estacionamento	842	4.775
Telecom	328	2.200
Autódromo de Interlagos	265	321
Subvenções	46.906	-
	226.154	129.622
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(12.268)	(12.810)
Outras deduções da receita	(317)	(1.974)
Receita líquida	213.569	114.838

20. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**20.1 Custos das atividades operacionais**

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços Prestados	95.893	57.069
Equipamentos	732	1.155
Utilidades e Serviços	41.213	12.204
Mão de Obra Direta	13.760	13.159
Depreciação	4.772	4.747
Perdas por Desvalorização	32	-
	156.402	88.334

20.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações, encargos sociais e benefícios	46.380	46.794
Utilidades e serviços	382	350
Honorários	822	846
Manutenções e locações	1.812	1.836
Despesas gerais	10.927	10.018
Propaganda e publicidade	152	163
Tributos, taxas e contribuições	1.069	737
Depreciações e amortizações	733	4.971
Perdas por desvalorização	230	-
Provisões e reversões de provisões	10.382	3.371
	72.889	69.086

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

Notas Explicativas**21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

	31/12/2020	31/12/2019
Realização de receitas diferidas de benefícios de adesão a parcelamentos tributários	1.256	1.256
Atualização de passivos tributários	(2.969)	(4.114)
Receitas de aplicações financeiras	391	488
Multas	(2.095)	701
Outras despesas e receitas financeiras	(1.309)	(862)
	(4.726)	(2.531)

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais. Os principais segmentos de negócios são divididos em:

- setor público, no qual são desenvolvidas as atividades de promoção e exploração do turismo e atividades afins, de acordo com as políticas formuladas pela Prefeitura do Município de São Paulo, e;
- setor privado, onde é explorada a cessão de áreas internas para realização de eventos de qualquer espécie.

Na tabela a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31/12/2020 e 31/12/2019.

Saldos em 31/12/2020

	Público	Privado	Total
Receita líquida	160.821	5.842	166.663
Custos variáveis e fixos	(104.840)	(51.562)	(156.402)
Lucro bruto (antes das subvenções)	55.981	(45.720)	10.261
Subvenções municipais			46.906
Lucro bruto (após subvenções)			57.167
Despesas administrativas			(72.889)
Outras receitas operacionais			3.634
Resultado financeiro			(11.841)
Prejuízo líquido			(23.929)

Saldos em 31/12/2019

Público	Privado	Total
----------------	----------------	--------------

Notas Explicativas

Receita líquida	83.610	31.228	114.838
Custos variáveis e fixos	(65.635)	(22.699)	(88.334)
Lucro bruto	17.975	8.529	26.504
Despesas administrativas			(69.086)
Outras receitas operacionais			2.553
Resultado financeiro			(2.531)
Prejuízo líquido			(42.560)

23. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação foi baseado no lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Numerador		
Lucro (prejuízo) no exercício atribuível às ações ordinárias em circulação	(477)	(962)
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada do número de ações em circulação	170.112	170.010
Lucro (prejuízo) líquido por ação básico no exercício	(2,80)	(5,66)

24. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	Importância segurada	
		31/12/2020	31/12/2019
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	116.414	116.414
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de Mercado	Valores de mercado

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Bens numerário e conta movimento	65	-	65
Aplicações financeiras	-	50.823	50.823
Contas a receber e clientes	16.823	-	16.823
Impostos a recuperar	13.086	-	13.086
Outras contas a receber	916	-	916
	30.890	50.823	81.713
Passivos			
Fornecedores	12.654	-	12.654
Obrigações trabalhistas	6.656	-	6.656
Obrigações tributárias	92.814	-	92.814
Empresas municipais	1.477	-	1.477
	113.601	-	113.601

b) Derivativos

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

26. PARTES RELACIONADAS

O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias e empresas da administração indireta), representou, em 31/12/2020, 96% da receita total do ano, comparados a 70% no mesmo período em 2019.

As receitas com eventos se concentraram no período anterior à pandemia. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, sem cobrança de ingressos, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média de 15%, e impostos. No caso de atividades relacionadas à pandemia, a taxa de administração foi em média 5%. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

Notas Explicativas

Com relação às locações das áreas do complexo para partes relacionadas, a receita montou R\$ 703 em 2020 e R\$ 2.429 em 2019. São praticados descontos que variam de 25% a 50%, enquanto para o setor privado é praticado de 10 a 25%.

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	17.128	7.898
	17.128	7.898
Passivos		
Curto prazo		
PMSP Eventos a realizar	21.061	20.670
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	4.692	4.558
SPTRANS	341	327
	26.094	25.555
Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	62.955	65.711
SPTRANS	1.136	1.419
	64.091	67.130
	31/12/2020	31/12/2019
Receita de eventos	171.695	91.161
Deduções da receita	(10.874)	(7.551)
Receita líquida	160.821	83.610
Custos variáveis e fixos	(104.840)	(65.635)
Lucro bruto (antes das subvenções)	55.981	17.975
Subvenções municipais	46.906	-
Lucro bruto (após subvenções)	102.887	17.975

Receitas com prestações serviços por Contrato – Secretarias

Nº CONTRATO – SECRETARIA	31/12/2020	31/12/2019
012/2019 - SMTUR PLATUM	30	-
015/2020 – SMTUR EVENTOS DIVERSOS	41.910	-
017/2019 - SMTUR EV DIVERSOS - 2019/2020	3.523	-
017/2020 – SMTUR EV DIVERSOS	29.652	-
019/2020 – SMTUR CARN 2021 APOIO	682	-
021/2019 - SMTUR CARNAVAL REPASSE	194	81
021/2020 – SMTUR EVENTOS DIVERSOS	8.306	648
022/2019 - SMTUR CARNAVAL REPASSE	931	-
022/2020 – SMTUR NATAL ILUMINADO	1.276	-
024/2019 - SMTUR AUTODROMO	862	776
025/2019 - SMTUR EVENTOS DIVERSOS	28.502	7.034
026/2019 - SMTUR NATAL ILUMINADO 2019	14	1.760
027/2019 - SMTUR REVEILLON 2020	2.996	-
030/2019 - SMTUR INFRA CARNAVAL 2020	5.691	-
068/2019 - SMC-G CARNAVAL DE RUA 2020	20.649	-
054/2014 - SMS	-	1.579
008/2020 - SMTUR (AUTODROMO)	801	-
001/2018 - SMTUR REPASSE CARNAVAL 2019	-	1.032
002/2019 - SMTUR INFRA CARNAVAL 2019	-	4.669
003/2018 – SMTUR REVEILLON NA PAULISTA	-	144

Notas Explicativas

003/2018 - SGM EV DIVERSOS	-	1.795
006/2019 - SMTUR EVENTOS DIVERSOS	-	27.845
008/2018 - SGM/CASA CIVIL	-	7.850
001/2015 - SMRG	-	95
011/2019 - SMTUR VIRADA CULTURAL 2019	-	9.417
012/2019 - SMTUR PLATUM	-	120
013/2019 - SMTUR CITY TOUR MUN SAO PAULO	-	15
014/2019 - SMTUR LGBT	-	1.722
017/2019 - SMTUR EV DIVERSOS - 2019/2020	-	13.963
002/2018 - SMPED - EVENTOS DIVERSOS	-	153
051/2018 - SMC-G	-	280
065/2018 - SMC-G - BRASIL GUITARRAS	-	88
007/2019 - SMSUB/COGEL	-	9.032
011/2015 - SDTE	-	179
012/2015 - SEME	-	389
120/2018 - SME MOSTRA SEMIN TECN APRENDIZA	-	335
027/2016 - SFMSP	52	62
054/2014 - SMS	3.374	-
085/2018 - SME FEST ESTUDANTIL MÚSICA IPIR	-	98
093/2020 - SMS - HMCAMP ANHEMBI	9.340	-
Hospital de Campanha sem contrato	12.910	-
TOTAL	171.695	91.161

A Companhia atendeu às demandas da Prefeitura do Município de São Paulo, para eventos, direcionados às ações no combate à pandemia. Todos têm valores referenciados em tabelas próprias organizadas pelos poderes públicos.

27. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral e não recebem outros benefícios.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia em 2020 foi de R\$2.172, e no ano de 2019 foi de R\$ 2.085. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal.

28. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas Explicativas

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 23 de março de 2021, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da Carta de Representação da Administração relativa às presentes demonstrações contábeis.

Concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi

Em 14/01/2021 foi publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a homologação do procedimento licitatório promovido pela CONCORRÊNCIA nº 001/20 e adjudicado o objeto da licitação à empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., tendo sido autorizada a contratação para uso do COMPLEXO ANHEMBI para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração pelo prazo de 30 anos.

Em 05/03/2021, a empresa vencedora da licitação, a GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, efetuou depósito no valor de R\$ 4.478.353,00 a título de adiantamento da primeira parcela, 1/12 do valor da OUTORGA FIXA de R\$ 53.740.236,00, de acordo com a proposta vencedora, mesmo ainda o contrato não tendo sido formalizado.

Outro elemento do preço da Concessão, a outorga variável, tem como base a aferição do percentual de 12,5% sobre a receita da Concessionária, ou um valor mínimo anual de R\$ 10.000 mil.

A transferência da gestão terá duração de 30 dias. Neste período o Concessionário deverá sub-rogar os contratos de eventos e operacionais, receber os currículos de colaboradores, e em 60 dias enviar resposta aos colaboradores cujos currículos foram recebidos e analisados para a finalidade de contratação. Caberá à Companhia, realizar entrega do Complexo Anhembi no prazo determinado e no estado em que se encontra e a desmobilização e a destinação final de bens e equipamentos não relacionados à execução do objeto.

A Concessionária deverá observar todas as determinações legais quanto legislação tributária e trabalhista relacionadas à execução do objeto, publicar suas demonstrações financeiras nos termos que prevê a legislação societária e obedecer aos padrões e às boas práticas de governança corporativa.

Será obrigação da Concessionária o adimplemento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU incidente sobre a área da Concessão, sendo que quaisquer divergências no cálculo do valor devido deverão ser tratadas exclusivamente entre a Concessionária e a Secretaria Municipal da Fazenda.

A SPTURIS terá direito a ou uso do Sambódromo até 68 dias por ano para realizar o Carnaval e mais 7 dias para outros eventos.

A execução das obras deverá ser concluída em 48 meses e terão as seguintes diretrizes:

- a) Preservar a vocação do COMPLEXO ANHEMBI como espaço de convenções, exposições e eventos;

Notas Explicativas

- b) Que o COMPLEXO ANHEMBI esteja apto a receber mega eventos internacionais;
- c) Espaço de convenções e exposições com área locável mínima de 24.000m² e capacidade para 12.000 pessoas;
- d) Espaço de exposições no mínimo com 74.700m²;
- e) Adequação e modernização do Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo – SAMBÓDROMO

Decorrido o prazo da Concessão, retornarão à SPTURIS os bens reversíveis que basicamente são todas as edificações e equipamentos objeto da Concessão e respectivas infraestruturas.

Os autos do respectivo processo licitatório foram disponibilizados aos interessados no site de consulta a processos da Prefeitura do Município de São Paulo, Processo SEI! N° 7210.2020/0000956-3.

Não temos conhecimento de outros eventos ocorridos no período compreendido entre 01 de janeiro de 2021 e 23 de março de 2021, além dos que já estão reportados nestas demonstrações contábeis, segundo nosso melhor entendimento.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
São Paulo Turismo S/A
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da São Paulo Turismo S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Paulo Turismo S/A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relevante quanto a continuidade operacional dos negócios

A Companhia incorreu em prejuízo líquido na ordem de R\$ 23.929 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e apresenta prejuízos acumulados de R\$ 358.916 e, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedia o total do ativo circulante em R\$ 31.992, apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Essas condições indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Aliando a isso, a Companhia, desde 2019 vem sendo incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo e desta forma deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.544/2020 (LOA).

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos e passivos da São Paulo Turismo S/A. foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Reorganização da Administração Pública Indireta da Cidade de São Paulo

Conforme apresentado pela Companhia na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, em 30/07/2020 foi publicada a Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, decorrente do Projeto de Lei nº 749/2019, aprovado em 24/06/2020 pelo Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a reorganização da administração pública municipal indireta, a criação e extinção de entidades e a criação, transferência, alteração e extinção de cargos de provimento efetivo.

Esta lei também dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação societária prevista na Lei nº 16.766, de 20 de dezembro de 2017, transferindo à Prefeitura do Município de São Paulo a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, e dos passivos.

A previsão relativa à SPTURIS está especificamente contida nos artigos 60 a 62 da Lei Municipal nº 17.433/20, não tendo caráter auto executório, tampouco obrigatório. Vale dizer, não implica qualquer conduta direcionada à dissolução, liquidação e extinção da STURIS, sem que haja o prévio procedimento necessário para tanto, bem como eventual decisão formal pela acionista controladora da SPTURIS e de seus órgãos diretivos. Até 31 de dezembro de 2020, não há qualquer indicação, por parte da acionista controladora da SPTURIS, a Prefeitura Municipal de São Paulo, de autorização para início de eventual procedimento para dissolução, liquidação e extinção desta Companhia. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Concessão Onerosa

Conforme divulgado pela Companhia em Nota Explicativa nº 29 às demonstrações financeiras, a São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela CONCORRÊNCIA nº 001/20 e adjudicado o objeto da licitação à empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., de acordo com a proposta vencedora, que tem, a título de OUTORGA FIXA, o valor de pagamento de R\$ 53.740.236,00, tendo sido autorizada a contratação para uso do COMPLEXO ANHEMBI para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração pelo prazo de 30 anos. O referido resultado foram objeto de divulgação ao mercado como "Fato Relevante" na data citada. Portanto, os efeitos advindos da futura combinação de negócio não foram analisados e não estão refletidos no balanço da Companhia na data base de 31 de dezembro de

2020. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Reconhecimento de Receita Hospital de Campanha

Com a publicação do decreto nº 59.283, a Prefeitura de São Paulo determinou a instalação de Hospital de Campanha, em detrimento da situação de emergência declarada pelo município e como medida de enfrentamento a pandemia. A Companhia incorreu em despesas com o Hospital de Campanha e outras ações determinadas pela PMSP contra a Covid-19 entre março e junho de 2020 em torno de R\$ 14.390 mil. O ressarcimento de parte das despesas está sendo pleiteado por meio de indenização junto ao Tesouro Municipal, e são referentes à segurança, manutenção e operação do Hospital de Campanha. Para a data base de 31 de dezembro de 2020 a São Paulo Turismo efetuou o registro da respectiva receita, entendendo que os valores são devidos mesmo que não cobertos pelo contrato SMS 093/2020 celebrado para o período de julho a setembro. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria da demonstração financeira como um todo e na formação de nossa opinião sobre essa demonstração financeira e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Contas a Receber de Clientes (Nota explicativa 6)

Conforme Nota Explicativa nº 6, são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das receitas obtidas nas operações normais da empresa, deduzindo das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PCLD") que são constituídas com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: testes de controles e registros contábeis, realizamos dentre outros procedimentos, teste de conciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares e, em base amostral, inspecionamos faturas e recebimento subsequente, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de contas a receber em aberto ao final do exercício. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.

b) Valor recuperável ("impairment") de Imobilizado (Nota explicativa 9)

Conforme Nota Explicativa nº 9, o principal ativo da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é seu ativo imobilizado no montante de R\$219.197 (R\$ 218.424 em 31 de dezembro de 2019). A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de impairment desse ativo, baseado no método do valor em uso ou no modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer alteração nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos na demonstração financeira da Companhia. Com base nas medidas de readequação orçamentária realizadas pela Companhia no exercício de 2019, e por se tratar da conta com saldo de maior relevância na demonstração financeira da Companhia, decidimos então abordar dentro dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: revisão do laudo preparado por especialista independente, fornecido pela Administração e o processo usado na sua elaboração; questionamento das principais premissas e critérios adotados na avaliação da vida útil e valor de mercado dos ativos; análise e implementação operacional dos controles internos relacionados com a preparação e revisão do plano de negócio, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia.

c) Provisão para demandas judiciais e administrativas (Nota explicativa 16)

Conforme Nota Explicativa nº 16, a Companhia possui discussões amparadas em processos administrativos e judiciais e avaliação de riscos nas esferas cível, trabalhista, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía assuntos em discussão em várias esferas processuais. As discussões cujas perdas são avaliadas como possíveis e prováveis, pelos seus assessores jurídicos, são objeto de divulgação, e aquelas em que as perdas são consideradas prováveis também são reconhecidas provisões de contingências. Esse assunto exige julgamento crítico envolvendo estimativas significativas baseadas em opiniões legais de assessores jurídicos, em relação à probabilidade de êxito e estimativa de perdas relacionadas às discussões judiciais ou riscos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: Obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, bem

como obtenção de opiniões legais de entendimento sobre certos aspectos para discussões em andamento e riscos; avaliação dos procedimentos adotados pelos assessores jurídicos no controle e avaliação de processos em todas as esferas, e da base de julgamento das estimativas de perdas e prognósticos adotados diante das informações disponíveis; avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado.

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação à Demonstração Financeira tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre a demonstração financeira não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria da demonstração financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com a demonstração financeira ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da

auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 23 de março de 2021

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 25 de março de 2021, às 15:00h, de forma virtual em razão do estado de emergência causado pelo COVID-19.

PRESENCAS: Presentes os membros titulares do Conselho Fiscal, Srs. Thiago Demétrio Souza, Marcelo Pierantozzi Gonçalves, Jesus Pacheco Simões, Eduardo José de Souza e a suplente Sra. Cibele Araújo Clemente do Prado.

Presentes, ainda, o Sr. Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes – Diretor Presidente, Sr. Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sr. Guilherme Tadeu Pontes Birello, Sr. João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria e Sr. Marcelo Simões Quintero – Coordenador.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Conselho Fiscal por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Os Conselheiros Fiscais e a Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Exame e manifestação quanto ao Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Foi colocado em votação o item único Ordem do Dia, tendo sido disponibilizadas para exame e apreciação de todos os Conselheiros Fiscais as versões finais do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, devidamente analisadas e aprovadas pela Diretoria Executiva da SPTURIS, em reunião realizada em 23/03/2021, e pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24/03/2021, e que contou com a participação de representantes deste Conselho Fiscal da Companhia, em atendimento ao disposto no parágrafo 3º do art. 163, da Lei 6.404/76.

Na sequência, os membros do Conselho Fiscal, em atendimento às suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o recebimento, após a Reunião da Diretoria de 23/03/2021, de todos os documentos objeto da deliberação em exame, e considerando, ainda, que realizaram as diligentes e detalhadas análises que julgaram necessárias, examinaram, mais uma vez, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020 e constataram que tais documentos, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes, juntamente com o Relatório da Administração e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, encontram-se em boa ordem para serem remetidos para o exame dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

Nesse sentido, foi aberta a palavra para que os Conselheiros pudessem opinar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário.

Houve questionamentos por parte dos Conselheiros Fiscais referente aos valores devidos pela Secretaria da Saúde, o Gerente de Controladoria esclareceu que a Secretaria da Saúde reconheceu o débito, encaminhando o pedido de pagamento deste montante à Secretaria da Fazenda, que por sua vez a devolveu o processo à Secretaria da Saúde para que esta regularizasse o pedido, que deveria ter sido feito àquela Secretaria via DEA (Despesas de Exercícios Anteriores).

Sobre a ênfase do Auditor Independente referente às perdas de receita pela Companhia, o Conselheiro Sr. Eduardo José de Souza solicitou esclarecimentos. Assim, o Sr. Chefe de Gabinete informou: que devido a competitividade do mercado e demais acontecimentos, como a pandemia pelo vírus COVID-19, que afetou mundialmente, e severamente, o setor de feiras e eventos, houve uma real queda e acúmulo de perdas de receitas para a Companhia, porém que, em contraponto temos o processo de Concessão do Complexo Anhembi, e a recuperação de eventos importantes que eram realizados anteriormente no Parque Anhembi, fatos que trouxeram incremento à receita, e ainda que a SPTURIS teve a oportunidade de atuar em diversas ações de combate à pandemia junto à Prefeitura de São Paulo, o que a remunerou através dos serviços prestados e da cessão dos espaços do Parque Anhembi.

Assim, o Conselho Fiscal, por maioria de votos dos presentes, manifestou-se favoravelmente em relação ao Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, tendo recomendado que sejam os referidos documentos aprovados na sua íntegra pela Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente realizada.

A Conselheira Suplente Sra. Cibele Araújo Clemente do Prado votou contra a aprovação dos documentos pelas seguintes justificativas:

“A SP Turismo despendeu recursos com a concessão do espaço para o Hospital de Campanha contra o COVID-19 no período de março a junho/2020 com processo de indenização e no período de julho a novembro/2020 com contrato reconhecido, porém de acordo com a Demonstração Financeira até 31.12.2020, apesar dos lançamentos de parte dos valores gastos, não restou demonstrado de forma efetiva a gestão para o recebimento da despesa, bem como, quais contratos foram formalizados até o encerramento das atividades do hospital. Além de incorrer em pagamento de impostos referente a esta ação.

Desta forma, considerando que aprovação da DF reflete em um interesse público, as contas do exercício de 2020 é ferramenta essencial perante terceiros para a analisar os resultados financeiros e tomada de decisão por parte de acionistas e demais investidores.

Assim, na condição de membro do Conselho Fiscal, VOTO CONTRÁRIO A APROVAÇÃO DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE 2020 (relatório administração 2020).”

Por fim, tendo em vista a deliberação acima tomada, os membros titulares do Conselho Fiscal, assinaram o “Parecer do Conselho Fiscal”, que será disponibilizado aos acionistas da Companhia, juntamente com os demais documentos mencionados nos artigos 133 da Lei das Sociedades por Ações.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 25 de março de 2021

Conselheiros:

THIAGO DEMÉTRIO SOUZA
Conselheiro

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES
Conselheiro

JESUS PACHECO SIMÕES
Conselheiro

CIBELE ARAÚJO CLEMENTE DO PRADO
Conselheira

EDUARDO JOSÉ DE SOUZA
Conselheiro

ANA PAULA SILVA
Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal realizada em 25 de março de 2021)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado aos 31 de dezembro de 2020, com base nos acompanhamentos realizados durante o exercício financeiro, e à vista do relatório dos auditores da Berkan Auditores Independentes S/S, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2020, razão pela qual encaminham para aprovação na Assembleia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 25 de março de 2021.

EDUARDO JOSÉ DE SOUSA
JESUS PACHECO SIMÕES
MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES
THIAGO DEMÉTRIO SOUZA
CIBELE ARAÚJO CLEMENTE DO PRADO

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ 62.002.886/0001-60 - Companhia Aberta - NIRE 35300015967
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O Comitê de Auditoria da São Paulo Turismo S/A ("SPTuris") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, conforme Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e atua, desde sua implantação em julho de 2018, de acordo com o estabelecido em seu Regimento Interno (disponível no site <http://www.spturis.com.br/transparencia/?a=Governanca>), tendo por competência opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente, bem como acompanhar o trabalho destes, avaliando sua independência e objetividade; supervisionar as atividades da auditoria interna e as atividades desenvolvidas, qualidade e integridade dos mecanismos nas áreas de controle interno; supervisionar o processo de elaboração das demonstrações financeiras; monitorar as informações e medições divulgadas pela empresa, avaliando as exposições de riscos da SPTuris e a adequação das transações com partes relacionadas. Para o exercício de supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Diretoria e responsáveis por áreas da SPTuris; nos trabalhos da auditoria interna e da auditoria independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A elaboração das Demonstrações Financeiras da SPTuris, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrente da legislação societária e das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Auditoria Interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no exercício social de 2020

No cumprimento de suas atribuições, relativamente ao exercício social de 2020, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Auditoria Independente: O Comitê realizou reuniões com a Berkan Auditores Independentes para apreciar e discutir o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos em 2020, além de aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e relatórios financeiros. As recomendações incluídas nos relatórios de controles internos foram apresentadas ao Comitê de Auditoria, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade dos negócios da SPTuris.
- b) Auditoria Interna: O desenvolvimento e acompanhamento dos trabalhos e avaliação da Auditoria Interna estiveram novamente prejudicados durante a maior parte do ano de 2020, pois diversos trabalhos programados deixaram de ser realizados, principalmente em função da ausência de funcionários das áreas e dedicação na revisão de contratos emergências por solicitação da Diretoria, ambos decorrentes da pandemia da Covid-19. O Plano Geral de Auditoria Interna para 2021 foi discutido e aprovado pelo Comitê.
- c) Demonstrações Financeiras: O Comitê de Auditoria apreciou o processo e discutiu com a Administração e com a Berkan os critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, dos relatórios financeiros e as notas explicativas divulgadas em conjunto, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente para o ano findo em 31 de dezembro de 2020.
- d) Outras atividades do Comitê: O Comitê realizou reuniões com diversas áreas da SPTuris sobre o ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, canal de denúncia e ouvidoria, transações com partes relacionadas, recuperação de créditos e contingências contábeis e judiciais, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na manutenção e aprimoramento dos procedimentos. O Comitê apresentou relatos sistemáticos das suas atividades e suas recomendações para o Conselho de Administração.

2. Conclusão

Em reunião realizada no dia 23 de março de 2020, o Comitê de Auditoria, ponderando suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, avaliou que, mesmo com a necessidade de melhoria em diversos sistemas para adequação ao porte e complexidade das operações, estes, em termos de processos contábeis, conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras da SPTuris para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, pelo que recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

São Paulo, 23 de março de 2021.

Sérgio Tuffy Sayeg

Presidente

Dorival Alcalde
Membro

Carlos Elder Maciel de Aquino
Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2021

DATA E LOCAL: 23 de março de 2021, às 14h00, de forma virtual em razão do estado de emergência causado pelo COVID-19.

PRESENCAS: Participaram os membros da Diretoria Executiva, Srs. Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes – Diretor Presidente, Rodrigo Kluska – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Daniel Glaessel Ramalho – Diretor Jurídico e de Conformidade, Guilherme Tadeu Pontes Birello – Chefe de Gabinete, respondendo interinamente pela Diretoria de Marketing e Vendas (Ato DPR nº 027/2020), Sandro Augusto Cuoghi – Diretor de Infraestrutura, Thiago Antunes Cavalca Reis Lobo – Diretor Eventos e Turismo e Raymundo Pedro Gonçalves Filho – Diretor de Representação dos Empregados.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva segundo o quórum legal.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes. Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Examinar e aprovar a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Disponibilizado para exame e apreciação de todos os Diretores presentes a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, por e-mail no dia 22/03/2021 às 16h26, tendo em vista o ambiente de exceção interposto na Companhia pela pandemia pelo vírus COVID-19, documentos estes pertinentes ao item único da Ordem do Dia da presente reunião.

Na sequência, o Presidente da Mesa disponibilizou para votação eletrônica do item único da Ordem do Dia, disponibilizando para exame e apreciação de todos os Diretores presentes a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020.

Tendo achado os documentos examinados em conformidade com os requisitos técnicos aplicáveis, refletindo, por consequência, a situação econômico-financeira, operacional e administrativa da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31/12/2020, a maioria dos membros da Diretoria da Companhia aprovaram, na íntegra e sem quaisquer ressalvas, a versão final das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, pelo que assinaram referidas Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras, que permanecerão arquivados na sede da Companhia. O Diretor de Representação dos Empregados registrou voto contrário a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, pelas seguintes razões: “especificamente no que diz respeito ao ITEM 29 EVENTOS SUBSEQUENTES, Concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi promovido pela CONCORRÊNCIA nº 001/20 e adjudicado o objeto da licitação à empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., tendo em vista que o processo de licitação encontra-se sob análise do TCM (Tribunal de Contas do Município), TC/009656/2020, que tem a finalidade de apurar eventual existência de irregularidades e/ou inconsistências decorrentes do processo licitatório, notadamente no que diz respeito a falta elementos de regularização fundiária, que poderá vir a acarretar mudança no processo licitatório ou até mesmo o seu cancelamento. Pela mesma razão, desaprova o recebimento pela São Paulo Turismo S/A no valor de R\$ 4.478.353,00 a título de adiantamento da primeira de 12 parcelas, referente ao valor da outorga fixa de R\$ 53.740.236,00. Por fim, entende que em razão da pendência de análise do TCM (Tribunal de Contas do Município), TC/009656/2020, o processo licitatório deveria ser suspenso, no mínimo até a conclusão pelo Tribunal de Contas do Município.”

O Chefe de Gabinete informou que a Concorrência Internacional nº 001/2020, que tem por objeto a Concessão do Complexo Anhembi, foi expressamente autorizada pelo Tribunal de Contas do Município, órgão o qual exarou parecer favorável em favor da continuidade do processo licitatório, mesmo após as análises das representações citadas, e que discorda da posição do Diretor de Representação dos Empregados. Registrou ainda entendimento de que a discussão é inócua para o exercício de 2020, já que os efeitos financeiros e contábeis de tal processo impactam apenas no exercício de 2021.

Na sequência, a Diretoria recomendou que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo 31/12/2020 sejam submetidos (a) ao exame e apreciação do Conselho de Administração, para manifestação, nos termos do art. 142, V, da Lei nº 6.404/76, (b) ao exame e apreciação do Conselho Fiscal, para que este possa emitir o seu parecer, nos termos do art. 163, incisos II, III e VII da Lei nº 6.404/76 e, após, (c) sejam os referidos documentos colocados à disposição dos acionistas para posterior exame e deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 23 de março de 2021

LUIZ ALVARO SALLES AGUIAR DE MENEZES
Diretor Presidente

RODRIGO KLUSKA
Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

DANIEL GLAESSEL RAMALHO
Diretor Jurídico e de Conformidade

GUILHERME TADEU PONTES BIRELLO
Diretor de Marketing e Vendas interino

SANDRO AUGUSTO CUOGHI
Diretor de Infraestrutura

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO
Diretor de Eventos e Turismo

RAYMUNDO PEDRO GONÇALVES FILHO
Diretor de Representação dos Empregados

ANA PAULA SILVA
Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da ata da Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da SPTURIS realizada em 23 de março de 2021)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

SÃO PAULO TURISMO S/A
Companhia Aberta
CNPJ: 62.002.886/0001-60

Declaração dos Diretores sobre o relatório dos Auditores Independentes

Os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 23 de março de 2021.

LUIZ ALVARO SALLES AGUIAR DE MENEZES

RODRIGO KLUSKA ROSA

DANIEL GLAESSEL RAMALHO

GUILHERME TADEU PONTES BIRELLO

SANDRO AUGUSTO CUOGHI

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO

RAYMUNDO PEDRO GONÇALVES FILHO